



## Novos caças vão criar até 3 mil empregos, segundo Aeronáutica

Comandante Juniti Saito informa em audiência que as 36 aeronaves compradas da Suécia começam a chegar em 2018, com transferência de tecnologia que permitirá desenvolvimento de nova geração pelo Brasil

A montagem dos aviões escolhidos para reequipar a Força Aérea Brasileira vai gerar de 2 mil a 3 mil empregos diretos e 22 mil indiretos, segundo o tenente-brigadeiro do ar Juniti Saito. Dois anos antes de

os primeiros caças Gripen começarem a chegar, a Suécia vai emprestar ao Brasil 10 ou 12 aviões de geração anterior. Senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional consideraram satisfatórias as explicações. **4**



Luiz de Paula/Agência Senado

Senadores Suplicy, Ferraz e Viana ouvem os esclarecimentos de Saito (2º à dir.) na Comissão de Relações Exteriores

### Apagões aumentam prejuízos no setor rural

Na Comissão de Agricultura, debatedores relataram problemas causados pela falta de energia e pediram apoio às pequenas centrais hidrelétricas e às cooperativas de eletrificação rural. **3**



José Cruz/Agência Senado

José Guilherme Nascimento (E), Wady Charone, Ana Amélia, Cristiano Palavro e Marco Olívio Oliveira na comissão

Senadores analisam pleitos coincidentes e fim da reeleição **2**

Vandalismo e terrorismo voltam à pauta em março **6**

Ana Amélia quer garantir mamografia em todas as idades **8**

Senado participa de Congresso Mundial de Telefonia Móvel **7**

### Militares pedem plano de carreira e reajuste

Em debate ontem na Comissão de Direitos Humanos, militares da reserva cobraram pagamento de reajuste pendente de 28% e reclamaram do valor dos benefícios da carreira. **5**

Paim (4º à esq.) deve procurar o ministro da Defesa e as Forças Armadas para encaminhar as reivindicações



Geraldo Menezes/Agência Senado

### Coleção Sessões Temáticas

Reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo

Conheça o primeiro volume da coleção que apresenta a **íntegra das sessões temáticas**, onde senadores contam com a **participação de especialistas** em livres debates sobre **grandes temas nacionais**.



Faça o download em <http://bit.ly/1e5WFGZ>







Texto do senador Luiz Henrique (E) a ser analisado pela CCJ também visa unificar a duração dos mandatos em 6 anos

# Entra em debate fim da reeleição para o Executivo

Substitutivo de Luiz Henrique a proposta de emenda constitucional que unifica datas de eleições põe em discussão o impedimento para que chefes do Executivo se candidatem à permanência no cargo

DEPOIS DE DECIDIR sobre a obrigatoriedade de afastamento prévio do presidente da República, governador e prefeito que disputarem o mandato subsequente, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá se debruçar sobre a possibilidade de acabar com a reeleição.

O fim da reeleição consta de substitutivo de Luiz Henrique à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 71/2012, de Romero Jucá (PMDB-RR). A medida alcança quem suceder ou substituir os chefes de Executivo na função nos seis meses anteriores à eleição, mas só na hipótese de que também venham a concorrer à renovação do mandato.

O texto original da PEC

71/2012 não prevê o fim da reeleição. A intenção de Jucá ao apresentá-lo era unificar o processo eleitoral a partir de 2022 — hoje as eleições municipais são separadas das demais. Para atingir esse objetivo, a proposta estende o mandato de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 2016 de quatro para seis anos. A partir de 2022, os cargos eletivos municipais, estaduais e federais passariam a ser disputados em uma única eleição, voltando o mandato de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores a ser de quatro anos.

## Reeleição

O tema da reeleição foi introduzido na PEC 71/2012 pelo substitutivo de Luiz Henrique.

E apesar de manter a unificação das eleições municipal e geral, o substitutivo determina a realização delas não mais a cada quatro, mas a cada seis anos.

A medida também repercute sobre a duração dos respectivos mandatos, que passariam a ser todos de seis anos. Com isso, haveria uma redução de dois anos no mandato de senador, enquanto os dos demais cargos eletivos seriam ampliados em dois anos. Tudo isso só deverá valer a partir das eleições de 2022.

Se passar pela CCJ, o substitutivo à PEC 71/2012 ainda será submetido a dois turnos de votação no Plenário do Senado antes de ser enviado à Câmara dos Deputados.

# Requião disputará candidatura pelo PMDB

Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou que vai se apresentar à convenção nacional do PMDB como candidato do partido à Presidência da República.

Ele fez o anúncio em Plenário ontem e lamentou que os pré-candidatos para a disputa eleitoral de outubro não discutam um projeto de nação.

— Governo e oposição não têm programa para o desenvolvimento brasileiro, com começo, meio e fim, com táticas e estratégias claramente definidas. Governo e oposição estão distantes de oferecer ao brasileiro um projeto de nação. Os partidos alinhavados às vésperas de cada eleição não podem ser considerados seriamente como projetos para o desenvolvimento brasileiro — afirmou o senador.

Requião acrescentou que não há proposta de mudança por nenhum dos lados e que os candidatos não se distinguem quanto às opções para a economia. Segundo o senador, nem o PSDB nem o PT são capazes de interpretar “a voz roucas das ruas” e, depois de um período de desenvolvimentismo no



Para senador, o PMDB precisa voltar a ser protagonista nas eleições

início do governo da presidente Dilma, a adoção de soluções neoliberais torna indistintos os pressupostos da política econômica das duas legendas.

— Na verdade, são irmãos siameses do mesmo neoliberalismo, gêmeos univitelinos de uma única proposta — comparou.

O senador propôs no discurso observar as fontes de financiamento dos partidos que têm polarizado as eleições presidenciais.

— Seguindo o dinheiro que financia os candidatos pre-

sidenciais, vamos descobrir, sem qualquer surpresa, que os financiadores de uns são os mesmos financiadores de outros. Ora, se banqueiros, empreiteiros de obras públicas, concessionários de serviços públicos, grandes fornecedores governamentais e outros investidores eleitorais dividem um tanto em cada cesta, como os especialistas aconselham os poupadores a fazer, é porque imaginam beneficiar-se qual seja o eleito — afirmou.

Para ele, existe outro caminho e o PMDB, que sempre é lembrado como o maior partido do país, não pode continuar abrindo mão de ser protagonista para atuar como coadjuvante do processo eleitoral.

— O que me ocupa agora é debater um programa para o desenvolvimento brasileiro. Quero mostrar com que roupa, documentos e argumentos irei a essa campanha interna do partido. Quero debater ideias, perscrutar caminhos, definir objetivos estratégicos, formular as táticas, construir os meios para alcançá-los — concluiu Requião.

## Gleisi critica Barbosa por lançar suspeita sobre ministros

Gleisi Hoffmann (PT-PR) lamentou que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, tenha colocado em suspeita o processo de nomeação e designação de parte dos ministros da Corte. Segundo a senadora, Barbosa fez as observações por divergir do resultado do julgamento que absolveu do crime de formação de quadrilha oito condenados no processo do mensalão.

— Por não estar de acordo com uma decisão da Suprema Corte, coloca em suspeição todo o processo de nomeação e designação dos membros do STF. Como se ele próprio não fosse resultado desse processo.

Ao final do julgamento ontem, Joaquim Barbosa criticou a decisão da maioria do STF de absolver os oito condenados e afirmou que a atual composição do Supremo “lançou por terra” o trabalho do ano passado.



Gleisi lamenta a manifestação do presidente do Supremo

## Eduardo Suplicy comenta discurso de Dilma em Bruxelas

Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou em Plenário o discurso que a presidente Dilma Rousseff fez em Bruxelas, Bélgica, na segunda-feira, durante a 7ª Cúpula União Europeia-Brasil.

A presidente assinalou que o Brasil tem todo o interesse na recuperação econômica do continente europeu. Dilma também reafirmou o compromisso com a inclusão social e com o equilíbrio fiscal.

O senador lembrou que temas como preservação do meio ambiente, fim das guerras, governança da internet e Copa do Mundo também foram abordados no discurso. Ele disse esperar que a Copa do Mundo seja um grande sucesso e aproveitou para pedir paz nos protestos populares.

— Conclamo mais uma vez a todos aqueles que têm críticas que o façam de maneira pacífica, respeitosa — declarou o parlamentar.



Suplicy ressalta discurso de Dilma na cúpula da União Europeia

## Carnaval e poesia são destaque esta semana na Rádio Senado

O programa *Encantos de Versos*, da Rádio Senado, traz esta semana sambas e poemas dedicados ao Carnaval. No campo musical, sucessos de Chico Buarque, Arlindo Cruz, Zeca Pagodinho, Alcione e da dupla Toquinho

e Vinicius de Moraes. Os poemas são de Vinicius, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade.

Produzido e apresentado por Marlucci Ribeiro, o programa vai ao ar aos sábados, às 9h, e aos domingos, às 16h.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Sessão de discursos

9h A sessão plenária de hoje será não deliberativa. Sem a votação de projetos, é destinada a pronunciamentos de senadores.

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

#### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Senadores e participantes de audiência na CRA cobram do governo investimentos na transmissão e distribuição de energia elétrica e atenção às pequenas centrais e cooperativas

# Aumento de apagões tem causado acúmulo de prejuízos no setor rural

COM A INTERRUPÇÃO de energia elétrica, o agricultor não pode irrigar e a produtividade da lavoura cai, o produtor de leite não pode fazer a ordenha mecânica e o produto já estocado estraga por falta de refrigeração. Pela falta de ventilação nos galpões, avicultores perdem animais e os donos de armazéns ficam sem o sistema de esteiras para movimentar os grãos. Esses são alguns dos problemas causados pelos apagões no setor rural, relatados durante audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

— A situação está se agravando por falta de investimentos nas linhas de transmissão. Não basta produzir energia, se não se leva essa energia ao consumidor — frisou Ana Amélia (PP-RS), que sugeriu a realização do debate.

Para o representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), Cristiano Palavro, a expansão de atividades, como irrigação e beneficiamento de produtos, já está comprometida.

— Apesar de existir crédito do governo federal para incentivo a pivôs centrais e armazéns, os projetos ficam parados nas instituições financeiras, aguardando a liberação de carga elétrica pelas concessionárias, o que gera imensa estagnação das atividades e prejuízos à economia do país — disse.



A irrigação da lavoura é uma das atividades prejudicadas pela interrupção no fornecimento de energia no campo

Os agricultores enfrentam ainda problemas pela queima de equipamentos, como geradores e máquinas que refrigeram leite, decorrente de oscilações na rede quando o fornecimento de energia retorna após os apagões.

— Quem é que indeniza? — questionou Ana Amélia.

Marco Olívio de Oliveira, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), reclamou da demora de repasses de recursos do Fundo de Desenvolvimento Energético às cooperativas de eletrificação rural, que atendem diversas propriedades, sobretudo na Região Sul. Ele disse que o governo está pagando agora, em fevereiro, valores esperados desde novembro.

Cyro Miranda (PSDB-GO) lembrou que as frequentes interrupções de energia afetam

também a indústria associada à produção agropecuária.

Para buscar medidas, Ana Amélia informou que a comissão realizará audiência pública específica com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Representante da agência era esperado no debate de ontem, mas não compareceu alegando problema de agenda.

## Distribuição

Para Wady Charone, da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), as causas dos frequentes cortes de energia estão na distribuição, e não nos sistemas de transmissão.

— Em Rondônia, em 2012, tivemos 1.019 desligamentos pelas distribuidoras de energia. Pela transmissão da Eletronorte, foram 86 desligamentos no ano, com média de 45 minutos

sem energia elétrica — disse.

Para Ivo Cassol (PP-RO), a causa dos problemas está na interrupção de obras públicas devido à burocracia e a dificuldades na obtenção de licenciamentos. Ele defendeu estímulos às pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Também José Guilherme Nascimento, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa, defendeu fontes de energia com maior capilaridade local, que facilitem a distribuição e sejam alternativas a grandes projetos, podendo ainda diminuir o peso sobre as termelétricas. Ele cobrou do governo a adoção de preços que estimulem a contratação das PCHs, pois elas estão inseridas em contextos locais, produzem energia renovável e usam tecnologia nacional.

## Ana Amélia: apoio à produção alternativa de energia elétrica

O descaso do governo com os pequenos produtores de energia elétrica prejudica especialmente o meio rural, que sofre com os constantes apagões, disse Ana Amélia (PP-RS). A senadora cobrou do governo mais atenção aos produtores alternativos de energia.

— A falta de apoio financeiro do governo fica evidente com a omissão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES]. A instituição não repassa recursos para outros bancos públicos que poderiam custear empreendimentos de pequenas centrais hidrelétricas e cooperativas de eletrificação rural — disse.

Ana Amélia acrescentou que os fundos de desenvolvimento regional, como o Fundo do Nordeste e o Fundo do Norte, também não repassam recursos simplesmente porque estão sem dinheiro.

A senadora lamentou, ainda, que os R\$ 25 milhões que o governo deveria repassar para as cooperativas mensalmente deixaram de ser pagos entre outubro de 2013 e fevereiro deste ano.

— Nós precisamos de todo o sistema funcionando a pleno vapor porque, se a nossa economia estivesse hoje crescendo entre 3% e 6%, estaríamos num colapso — disse.

## Aloysio diz que redução nas contas não funcionou

Devido à ineficiência administrativa do governo, o setor elétrico enfrenta um esfacelamento, segundo Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O exemplo mais evidente, afirmou o senador, são os apagões, como o que aconteceu na quarta-feira no Aeroporto de Guarulhos (SP) por 20 minutos. O senador disse que, no ano passado, R\$ 10 bilhões foram injetados pelo governo para bancar despesas decorrentes dos cortes nas contas de luz. E neste ano, serão mais R\$ 9 bilhões do Tesouro. Mas não será suficiente, já que as despesas somam R\$ 18 bilhões. A Aneel comunicou que autorizará reajuste de 4,6% para compensar despesas extras de empresas.

— A presidente Dilma sacrificou o Tesouro e, em grande medida, também o parque industrial. Assim, onerou o contribuinte, retirando o preço da conta de luz, mas carregando na conta que deve ser saldada, mais dia menos dia, pelos impostos — disse.



Pedro França/Agência Senado

## Jorge Viana relata a situação de áreas alagadas

O Acre se encontra em situação gravíssima por causa das enchentes, disse Jorge Viana (PT-AC). O senador relatou que fez um voo sobre as áreas alagadas nos estados do Acre e de Rondônia e reconheceu que a busca de solução para a cheia é muito complexa. Viana informou que o volume de água do Rio Madeira, hoje, é de 52 mil metros cúbicos por segundo, número que representa 50 vezes a vazão do Rio São Francisco, e que alguns municípios de Rondônia e do Acre estão isolados.

— Nunca imaginei ver imagens como as que eu vi terça-feira — lamentou.

Segundo o senador, o governador do Acre, Tião Viana (PT), tem tomado medidas de forma preventiva para minimizar as dificuldades da população atingida pelas chuvas.

Jorge Viana se disse temeroso com a situação da BR-364, que está interdita. Ele informou que tem buscado recursos no governo federal.



Moreira Moriz/Agência Senado

## Raupp pede recursos para vítimas de enchentes

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu agilidade do governo federal na liberação de dinheiro para o socorro às vítimas da enchente que atingiu Rondônia e Acre. Ele disse que a fase mais difícil, a reconstrução do que foi destruído, é a mais cara.

Raupp lembrou que vários bairros de Porto Velho estão sob as águas e que as cidades de Guajará-Mirim e Nova Mamoré estão isoladas, situação que também ocorre no Acre.

O senador lamentou que pessoas estejam se aproveitando do isolamento de áreas para vender botijões de gás por até R\$ 120, enquanto o preço em situações normais não passa de R\$ 45.

— Um botijão de gás custa R\$ 120 em Guajará-Mirim! Então você vê a situação das famílias neste momento. Além de estarem no isolamento, têm que pagar preços absurdos de gêneros de primeira necessidade, como o gás de cozinha, para fazer a comida.



Pedro França/Agência Senado

## Cassol quer investigação em obras da Funasa

Auditoria do Tribunal de Contas da União revelou esquemas fraudulentos na execução das obras da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Rondônia, afirmou Ivo Cassol (PP-RO). O senador pediu uma apuração rigorosa dos convênios da Funasa com os municípios do estado.

Cassol espera que as investigações mostrem quem tem tirado proveito da situação, causando prejuízo para os cofres públicos. O senador disse reconhecer a importância do trabalho da Funasa, mas frisou que as irregularidades devem acabar. Para ele, é preciso ter seriedade e comprometimento com o dinheiro público.

Ivo Cassol também chamou a atenção para as consequências da enchente do Rio Madeira nos estados do Acre e de Rondônia.

Ele pediu empenho do governo federal no socorro aos desabrigados, mas teme que a ajuda não seja suficiente diante dos prejuízos.



Waldemir Borreto/Agência Senado





## Figueiró alerta para riscos às conquistas do Real

Ruben Figueiró (PSDB-MS) saudou os 20 anos do Real, lembrando que o plano econômico pôs fim à escalada inflacionária. Com isso, o Real não apenas acabou com a desordem das finanças públicas, como permitiu o planejamento das fianças domésticas, estimulou a poupança e aumentou o poder aquisitivo dos consumidores, especialmente os de baixa renda, afirmou.

— Infelizmente, muitas das conquistas que o Brasil obteve com a adoção do Plano Real, ou com seus desdobramentos consecutivos, agora correm grave risco, diante do abandono da agenda de reforma, do déficit fiscal, da crise de credibilidade governamental, da falta de investimento em infraestrutura e da leniência em relação ao fantasma inflacionário — alertou.

## Flexa duvida que governo cumpra meta de superávit

Em discurso na quarta-feira, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse não acreditar que o governo federal tenha competência para alcançar a meta de superávit fiscal de 1,9% do PIB até dezembro de 2014.

Na avaliação do senador, que citou análises de especialistas, o governo federal não conseguirá economizar mais que 1,5% do PIB este ano.

Flexa também afirmou que o crescimento da economia de 2,5% anunciado pelo governo este ano dificilmente será alcançado e deverá ficar no máximo em 1,8%.

— Mas há quem espere bem menos para a expansão do PIB brasileiro neste ano. Além disso, quase um terço do corte anunciado é reestimativa para baixo de despesas obrigatórias. Se são obrigatórias, como cortá-las? — indagou.



Comandante da Aeronáutica explica que transferência de tecnologia foi a principal razão para o Brasil escolher modelo de empresa da Suécia na compra de 36 aeronaves, que começam a chegar em 2018



Na Comissão de Relações Exteriores, Saito (E) explica que a Suécia emprestará ao Brasil 10 ou 12 aeronaves a partir de 2016

# Montagem de caças criará até 3 mil empregos, diz Saito

O COMANDANTE DA Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Juniti Saito, disse ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que a montagem dos aviões de caça suecos Gripen NG, escolhidos pelo governo para reequipar a Força Aérea Brasileira, criará de 2 mil a 3 mil empregos diretos no Brasil, além de 22 mil indiretos. A audiência foi iniciativa de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), presidente da comissão.

Em resposta a Eduardo Suplicy (PT-SP), Saito informou que os postos de trabalho serão distribuídos entre a Embraer, a futura linha de montagem dos aviões, em São Bernardo do Campo (SP), e indústrias de componentes em locais como Porto Alegre.

A compra de 36 caças Gripen, da empresa sueca Saab, foi anunciada em 18 de dezembro pela presidente Dilma Rousseff, após longo processo de seleção que também contou com a participação da francesa Dassault, fabricante do caça Rafale, e da norte-americana Boeing, que concorreu com o caça F-18 Super Hornet.

Todas as propostas tinham vantagens, como reconheceu o comandante. Entre os principais motivos que levaram à escolha do Gripen, informou, estão a montagem dos aviões no Brasil — com a geração de empregos — e a possibilidade de acesso ao código-fonte da aeronave.

### Quinta geração

Por meio do código-fonte, esclareceu Saito, a Aeronáutica será capaz de equipar os Gripen NG com armamentos fabricados em diversos países, por meio de um software de integração. Ele disse que a transferência de tecnologia permitirá conhecimento para desenvolvimento de caças de quinta geração. O Gripen é considerado geração 4.6.

— Para um país que quer se capacitar, a solução é aprender com eles. Será fabricada no Brasil 80% da estrutura do avião. O Gripen não é de quinta geração. Só quem tem hoje caças de quinta geração voando são os Estados Unidos, com o F-22, que os radares não pegam. Os americanos não vendem esse caça a ninguém.

Os russos estão desenvolvendo uma aeronave de quinta geração e a China também está pretendendo criar um — informou Saito.

O presidente da CRE demonstrou preocupação com o período de quatro anos que antecede a chegada dos primeiros Gripen NG, ao final de 2018. Saito afirmou que já existem negociações com o governo da Suécia para o empréstimo de 10 a 12 aviões Gripen de uma geração anterior, a partir de 2016.

A Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que questionou a formação de pilotos para pilotar os Gripen, o comandante informou que a Força Aérea da Suécia já convidou dois pilotos brasileiros para começar o período de treinamento ainda neste ano. Ana Amélia (PP-RS) ressaltou a importância da transferência de tecnologia e previu que a indústria brasileira será capaz de dar um “salto de qualidade incalculável”. No início da reunião, Jorge Viana (PT-AC) agradeceu o apoio da Força Aérea Brasileira às vítimas das enchentes no Acre.

## Senadores aprovam as explicações à comissão

Saito afirmou que os caças entram em operação em 2020. Aloysio e Ferraço consideraram satisfatórias as explicações do comandante da Aeronáutica.

— O que nós vimos aqui foi uma defesa convincente da decisão, que, segundo o comandante Saito, se deu em razão principalmente da

transferência de tecnologia, o que é muito importante, e também em razão dos custos de aquisição e de operação e manutenção — afirmou Ferraço.



Os caças Gripen, segundo Saito, são de geração 4.6 e permitirão o desenvolvimento de aeronaves de quinta geração



## Anibal comemora crescimento da economia em 2013

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou o crescimento de 2,3% do produto interno bruto em 2013, destacando que isso reflete a solidez da economia. O crescimento brasileiro foi menor apenas que o da China e o da Coreia do Sul, assinalou o palamarista.

Na avaliação de Anibal, esse resultado positivo se deve aos investimentos, que cresceram 6,3%; ao Programa de Aceleração do Crescimento; e às medidas adotadas pelo governo para estimular os diversos setores econômicos.

Outros dados importantes, de acordo com o senador, são o aumento do consumo das famílias, que teve uma elevação de 2,3%, e os bons resultados da agropecuária, que cresceu 7%. O setor de serviços cresceu 2% e a indústria, 1,3%.

## Gleisi exalta crescimento de 2,3% do PIB

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que a economia brasileira cresceu em 2013 “mais do que os pessimistas de plantão previam”: segundo o IBGE, o produto interno bruto teve um crescimento de 2,3%, índice maior do que o de países como Estados Unidos, Inglaterra, Japão e Alemanha.

Para a senadora, isso prova que a economia está dando resposta convincente à crise, especialmente pelo fato de o crescimento estar baseado em investimentos (ampliação de 6,3% em 2013) e não no consumo das famílias.

Ela destacou ainda a importância da agricultura para o bom resultado. O aumento no setor foi de 7% e isso tem muito a ver com o apoio do governo ao agronegócio, afirmou, acrescentando que a indústria também avançou.

— E avançou, com certeza, por decisões acertadas, tomadas pelo governo, que melhoraram as condições de produção. E mais do que isso: o Brasil foi o quinto destino do mundo em investimentos diretos, com US\$ 64 bilhões em 2013. Isso mostra a credibilidade do país.



Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, militares e familiares de militares reivindicaram pagamento de reajuste pendente e plano de reestruturação da carreira

## Militares manifestam insatisfação com salários

DURANTE AUDIÊNCIA PÚBLICA na Comissão de Direitos Humanos (CDH), ontem, militares da reserva e familiares de integrantes das Forças Armadas ainda na ativa falaram das insatisfações com os baixos salários e os benefícios da carreira.

Os militares cobram, entre outros pontos, o pagamento de um reajuste salarial de 28% ainda pendente em relação a diversos subgrupos, referente ao antigo sistema de reajuste, na data-base, do período inflacionário. Seria uma dívida salarial já reconhecida pela Justiça, da ordem de R\$ 5 bilhões.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que pediu a audiência e dirigiu os trabalhos, ao fim se comprometeu em solicitar audiência com o ministro da Defesa, Celso Amorim, para tratar das reivindicações. Deverá ainda ser solicitada a presença dos comandantes das três Forças (o general Enzo Peri, do Exército; almirante Julio Soares de Moura Neto, da Marinha; e o tenente-brigadeiro do ar Juniti Saito, da Aeronáutica) e de uma comissão de oito dirigentes de entidades dos militares da reserva e das famílias dos ativos.

Paim disse que os depoimentos mostraram a exis-



Paulo Paim (C) dirige na CDH os debates sobre as reivindicações dos militares

tência de uma situação grave e um clima de insatisfação generalizada. Para o senador, ficou evidenciada a necessidade de um plano de reestruturação das carreiras militares, para que todos possam “viver com dignidade”. Os depoentes citaram a situação de oficiais com longos anos de serviço e ganho mensal que vai pouco além de R\$ 3.500. No caso de um recruta, o soldo — o nome para os ganhos na área militar — fica abaixo do salário mínimo.

### Causa Qesa

Ficou também decidido que ainda na próxima semana deverá ser encaminhado aos comandantes das três Forças e ao ministro da Defesa um

documento com a síntese das reivindicações. A lista inclui a chamada Causa Qesa (Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica), reivindicação para que seja estendido a esse agrupamento o mesmo nível de ascensão funcional assegurado aos cabos femininos que, em 1984, foram promovidos à graduação de terceiro-sargento, com direito a chegar ao nível de suboficial.

Outra distorção teria sido provocada pela Lei 12.158, de 2009, que abriu caminho para que os taifeiros da Aeronáutica — os taifeiros trabalham na preparação e distribuição de alimentos — ganhassem o direito de serem promovidos até a graduação de suboficial na reserva remunerada.

## Medida provisória com correção de benefícios está em tramitação

O presidente da Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas (Amarp), Genivaldo da Silva, salientou que emendas a uma medida provisória que tramita agora no Senado atendem parte das reivindicações dos militares, inclusive a correção do salário-família e do auxílio-moradia. Ele apelou para que o presidente do Senado, Renan Calheiros,

— inclusive, como lembrou, para construir um porto em Cuba ou para perdoar dívidas de diversos países. Dito isso, cobrou o pagamento integral e retroativo do reajuste de 28% ainda pendente.

Esposa e filha de militar, a presidente da Associação da Mulher Amarp, Miriam Cristina Dienstmann Stein, observou que os militares da ativa não podem fazer greve nem têm o direito de

formar sindicatos. Porém, destacou que todos votam e precisam “ter voz, não podendo ficar excluídos da sociedade”.

Ela ressaltou ainda a relevância da missão militar na

defesa do país, no suporte à população em catástrofes e até mesmo na condução de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Apesar disso, observou que as Forças Armadas não conseguem orçamento para seus investimentos e a garantia de ganhos justos para seus quadros.

— Por isso, a evasão é grande. Bem preparado, o militar vai fazer concurso e ser aprovado, abrindo mão do sonho de ser militar em prol de um salário mais digno — disse.

**Presidente de associação de aposentados diz que falta consideração com os militares no país**

## Familiares reclamam da demora no atendimento de reivindicações

Kelma Costa, que preside a União Nacional de Familiares das Forças Armadas e Auxiliares (Unifax), pediu a todos para que mantenham o lema “fé na missão”, mesmo estando “esgotados”. Com relação ao reajuste de 28,86%, ela observou que a questão se arrasta por 12 anos e nada se resolve. Disse que outras reivindicações já podiam estar sendo negociadas, caso a pauta não estivesse obstruída com antigas questões.

— Infelizmente, a tropa está entregue a um comando omissivo, que não se preocupa — afirmou.

Depois de apresentar um contracheque de um terceiro-sargento, no valor total de R\$ 1.461, Kelma indagou como

é possível sobreviver com soldo tão reduzido. Queixou-se ainda da ausência de ajuda de custo para moradia ou de acesso a um programa “Meu barraco, minha vida”. Em contraste, ela lembrou que os soldados da Polícia Militar de Brasília vão ganhar R\$ 7 mil mensais como resultado da recente mobilização.

Kelma aproveitou para mandar um “recado” para a presidente Dilma, a quem lembrou que a “família militar” é composta de 5,2 milhões de membros. “Não somos um grupinho que surgiu em qualquer lugar, não”, reforçou. A seguir, convocou as mulheres das famílias de militares para que se organizem e lutem.



Plenário da CDH estava cheio durante audiência sobre os cargos e salários das Forças Armadas

## Para deputado, Programa Mais Médicos paga mais que o Exército

Acompanhou a audiência o deputado federal Izalci (PSDB-DF), oficial da reserva, que disse que os militares estão de fato “sem prestígio” no governo. Segundo ele, há “discriminação forte”, bastando ver os cortes no orçamento e a falta de investimentos estratégicos. Observou ainda que o governo paga a um médico cubano, “sem nenhum preparo”, um salário de R\$ 10 mil, acima do previsto para profissional da área em concurso aberto para o Hospital das Forças Armadas.

Logo em seguida, Paim apelou a todos para que evitassem uma discussão partidária, observando que isso não ajudaria em nada. Disse ainda que

os problemas nas Forças Armadas são antigos, atravessando diversos governos, de diferentes partidos.

— Queremos uma política de Estado para as Forças Armadas, e não deste e daquele governo — disse.

O comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, participava no mesmo momento de audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para debater a aquisição dos novos caças para equipar a Força. Ele, que havia sido convidado para o debate, justificou a ausência por meio de um recado à CDH e se colocou à disposição para receber a comissão que está sendo formada para tentar abrir negociações.



Kelma Costa diz que os militares estão esgotados pela falta de resposta às demandas salariais



# Textos sobre terrorismo e vandalismo devem ser votados no mês que vem

Senadores garantem que projetos não têm ligação e que nenhum deles será utilizado para coibir manifestações populares nas ruas

O SENADO DEVE retomar em março as tentativas de aprovar leis sobre dois temas polêmicos: terrorismo e vandalismo. O primeiro assunto, que envolve o PLS 499/2013, elaborado em comissão mista do Congresso, chegou a ser discutido em Plenário, mas foi retirado de pauta devido a críticas de que acabaria restringindo o direito de manifestação. Agora o desafio é buscar consenso, com base também na proposta do novo Código Penal (PLS 236/2012).

O vandalismo é tratado no PLS 508/2013, de Armando Monteiro (PTB-PE), que visa punir responsáveis por dano ou destruição de imóveis, equipamentos urbanos, veículos e monumentos. A proposta aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Romero Jucá (PMDB-RR), relator do projeto sobre vandalismo e de um dos projetos sobre terrorismo, disse que não se deve confundir as propostas.

— Os dois são importantes, mas não têm ligação.

O líder do DEM, José Agripino (RN), também está preocupado com possíveis confusões. Ele diz que são ações diferentes e considera impossível que um mesmo texto trate dos dois temas.

— Vandalismo não é terrorismo. É praticado pelos *black blocs*, pelos encapuzados,



Atos como queima de ônibus, verificados em algumas manifestações, são criminalizados no projeto sobre vandalismo

pelos baderneiros e pelos depredadores de patrimônio. É uma coisa que o Brasil todo está renegando, está contestando e que tem que ser objeto de uma legislação específica.

Jucá espera que até o fim de março o Senado vote a regulamentação do inciso XLIII do artigo 5º da Constituição, que define o terrorismo como crime inafiançável e não passível de anistia. Com a polêmica, os senadores concordaram em buscar um texto mais consensual, a cargo de Eunício Oliveira (PMDB-CE).

O PLS 499/2013 define o terrorismo como ações que provocam ou difundem terror ou pânico generalizado “mediante ofensa ou tentativa de

ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação da liberdade de pessoa”. A proposta estabelece pena de 15 a 30 anos, ou de 24 a 30 anos se o ato resultar em morte. A punição pode ser aumentada em um terço se o crime for praticado com explosivo, fogo, arma química, biológica ou radioativa; em meio de transporte público ou sob proteção internacional; ou por agente público.

— Esse texto exige consideração muito mais cuidadosa. Não se pode usar essas manifestações para providenciar um projeto que vai criminalizar coisas muito menos graves do que terrorismo — afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF).

Pedro Taques (PDT-MT) disse que a proposta chega em boa hora. Ele argumentou que tratados internacionais exigem a edição de normas internas.

Eunício, responsável por conciliar as posições, garantiu que o objetivo do projeto não é proibir manifestações.

— Eu jamais me prestaria ao papel — afirmou.

A proposta de Armando define o vandalismo como “atos coletivos de destruição, dano ou incêndio em imóveis públicos ou particulares, equipamentos urbanos, instalações de meios de transporte de passageiros, veículos e monumentos, mediante violência ou ameaça, por qualquer motivo ou a qualquer título”. A pena é de 4 a 12 anos de prisão e pagamento de multa. Pelo texto, pode ser enquadrado no crime de vandalismo quem carregar “objetos, substâncias ou artefatos de destruição ou de provocação de incêndio ou qualquer tipo de arma”.

Relator na CCJ, Jucá prometeu agilidade e esclareceu que, assim como o projeto que tipifica o terrorismo, não existe intenção de coibir os movimentos sociais.

— A lei vai prever a atuação como consequência da manifestação se houver agressão, assassinato ou crime contra o patrimônio público.



Pedro Ferraço/Agência Senado

Parecer apresentado por Ferraço será analisado em 13 de março

## Adiada análise da MP que liberou recursos ao BNDES

A comissão mista que examina a Medida Provisória (MP) 628/2013 adiou para o dia 13 de março a votação do relatório do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Após a apresentação do parecer, ontem, o presidente do colegiado, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), concedeu vista coletiva.

A MP autorizou a União a conceder ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um crédito de R\$ 24 bilhões.

No relatório, Ricardo Ferraço argumenta ser urgente e relevante o fortalecimento da instituição financeira.

“Embora a situação econômica brasileira seja sólida, é importante que o governo federal possa contar com mecanismos eficientes e ágeis de implementação de sua política creditícia anticíclica, da qual o BNDES se tornou a pedra angular”, afirma.

Outro tema tratado pela MP 628 é o encerramento do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo.

As competências desse fundo podem ser transferidas para outro fundo a ser criado pelo governo estadual.

Essa transferência vai acontecer por meio de um convênio firmado entre o governo do Espírito Santo e o Ministério da Integração Nacional.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Autor do projeto sobre vandalismo, Armando propõe até 12 anos de prisão



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Jucá é relator do projeto sobre vandalismo e de um sobre terrorismo



Marcos Oliveira/Agência Senado

Eunício ficou responsável por buscar um consenso sobre o assunto

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



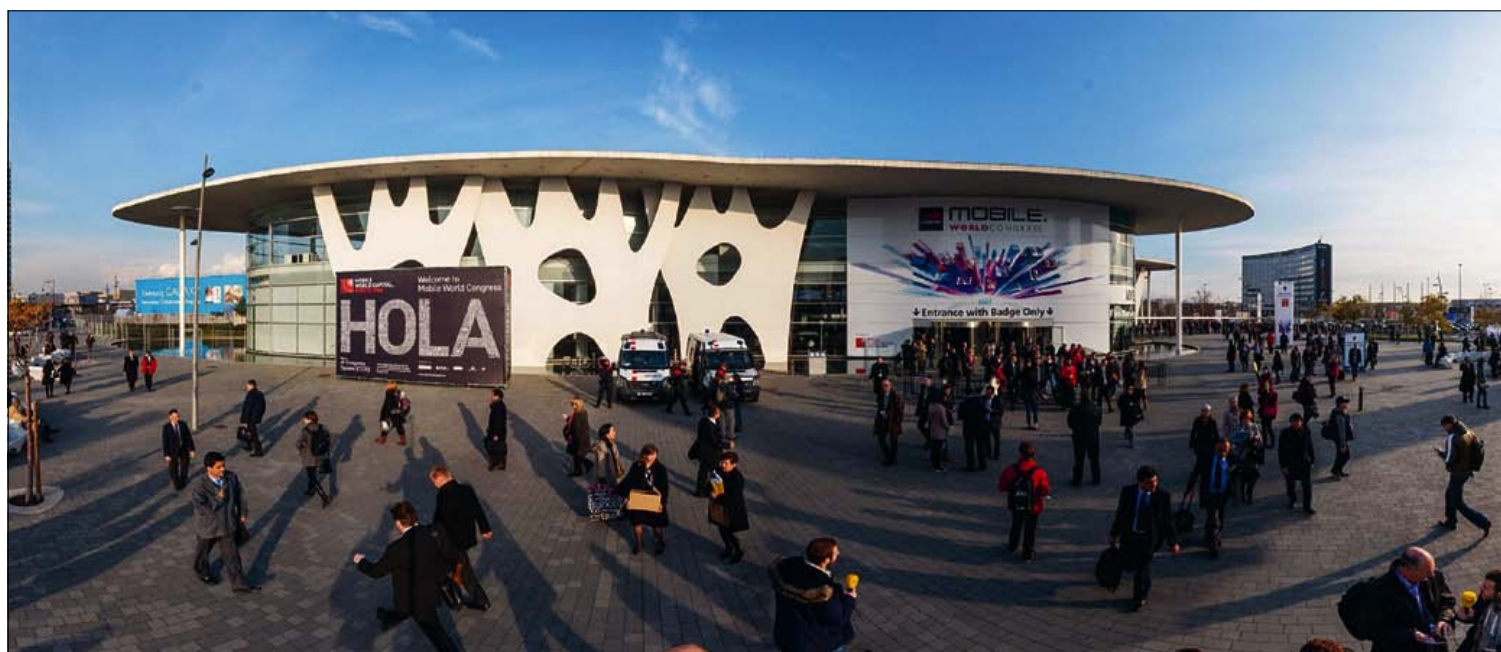
# Pinheiro busca desenvolvimento da banda larga

Senador representou o Parlamento brasileiro no Congresso Mundial de Telefonia Móvel, que terminou ontem na Espanha, com o objetivo de ampliar a cobertura no Brasil

NOVAS SOLUÇÕES PARA ampliação da telefonia móvel e da banda larga foram apresentadas e debatidas esta semana no Congresso Mundial de Telefonia Móvel, que terminou ontem, em Barcelona (Espanha). Integrante da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), Walter Pinheiro (PT-BA) participou do evento, com o objetivo de propor a ampliação da cobertura e dos serviços no Brasil.

— As redes móveis disponibilizam diversos serviços que ampliam o acesso do cidadão a saúde, educação, inclusão no sistema bancário, dentre outras coisas. A delegação brasileira cumpriu uma ampla agenda e os debates, reuniões e apresentações que ocorreram no congresso serviram para nos manter atualizados e antenados com as novidades, uma vez que esse setor é muito dinâmico e estratégico para nosso país. A internet tem transformado as nossas vidas, e a conectividade é um catalizador sem precedente para mudar e transformar a sociedade e a economia — avaliou o senador.

Logo no início do congresso, Pinheiro participou de reunião



O congresso em Barcelona, considerado o maior evento do mundo sobre telefonia móvel, reuniu mais de 70 mil pessoas de 145 países entre 24 e 27 de fevereiro

com executivos da Nokia Solutions and Networks (NSN) com a intenção de buscar alternativas para o crescimento do tráfego de dados para os próximos anos. Como resultado, ficou evidente a necessidade de realização do leilão da frequência de 700 MHz em condições que estimulem o desenvolvimento e de aprovação da Lei das Antenas. Segundo ele, o Brasil precisa avançar com a implantação de novas estações rádio base (ERBs), que são

os equipamentos que fazem a conexão entre os celulares e as companhias telefônicas.

## Alta capacidade

Outra solução apontada durante a reunião para o crescimento do acesso seria a implantação de *small cells* (antenas menores de alta capacidade), que ampliariam a cobertura operando com as ERBs.

— Essa é uma questão que está em debate e que envolve a taxa do Fistel [Fundo de

Fiscalização das Telecomunicações] cobrada para esse tipo de equipamento — disse.

No mesmo dia, a delegação brasileira se reuniu com os dirigentes da Alcatel-Lucent, que tem parceria para desenvolvimento de softwares na Bahia. A empresa, que atua no fornecimento de soluções inovadoras para redes fixas, móveis e convergentes às operadoras de telecomunicações e empresas, apresentou tecnologias como 4G, *small cells*, rede IP e nuvem.

A tecnologia M2M (*machine to machine, mobile to machine, machine to mobile communications*), que trata da transferência e utilização de dados via redes de equipamentos e terminais remotos para o monitoramento, medição e controle, também foi debatida.

— A tecnologia M2M está em soluções que transformam as cidades, na segurança patrimonial, automação industrial, gerenciamento de tráfego, todos presentes no dia a dia — informou o senador.

## Novas formas de pagamento por meio de celulares e tablets

Pinheiro também conheceu novas aplicações que possibilitam o acesso a serviços bancários via dispositivos móveis. Ele é autor do projeto (PLS 635/2011) que institui o pagamento por meio de dispositivos móveis e ressaltou que a medida vai permitir a inclusão de inúmeros brasileiros atualmente sem conta bancária, além de facilitar o recebimento de benefícios, como de programas sociais do governo federal.

— Vários sistemas apresentados no congresso em Barcelona já funcionam pelo mundo e vamos trabalhar para usar no Brasil, inclusive com os programas do

governo, como o Pronaf e o Bolsa Família — adiantou.

Outro debate importante no congresso girou em torno da “internet de todas as coisas” — uma rede aberta de objetos inteligentes que podem compartilhar informações e dados. De acordo com Pinheiro, a delegação brasileira conheceu as propostas da Cisco, empresa que em agosto instalou no Rio de Janeiro um centro de pesquisa a respeito do assunto.

— O debate foi centrado sob a ótica da capacidade de rede para suportar todos os serviços novos e que soluções aplicar — destacou o senador.

## Transmissão de dados sobre o sistema de saúde no Brasil

As novas tecnologias também podem ser usadas em benefício do cidadão em serviços públicos fundamentais, como a saúde. Pinheiro exemplificou com a ação dos agentes comunitários de saúde, que podem usar sistemas de transmissões de dados.

— Eles detêm informações que, se coletadas e reunidas de maneira sistematizada e processadas com a tecnologia, poderiam auxiliar em casos de diagnósticos e levantamentos do sistema de saúde no Brasil — afirmou.

O senador informou que fechou mais dois projetos para a implementação de cidades digitais e experiências com agentes de saúde usando aplicativos que têm o objetivo de melhorar a vida das pessoas, como foi feito no município de Cabralia, no sul da Bahia.

Segundo Pinheiro, com mais de 5 mil municípios no Brasil e mais de 300 mil agentes de saúde, somente por meio de um sistema informatizado é possível alimentar, com a coleta digitalizada de dados, um sistema que será carregado com inúmeras informações em benefício do sistema de saúde.

## Reestruturação das cidades para o crescimento populacional

De acordo com os participantes do congresso, para conseguir acomodar o crescimento do número de habitantes nas grandes cidades, é preciso repensar e planejar essas áreas, tornando a cidade mais inteligente e organizada. Na reestruturação das cidades, a tecnologia e a busca pela sustentabilidade representam papéis fundamentais.

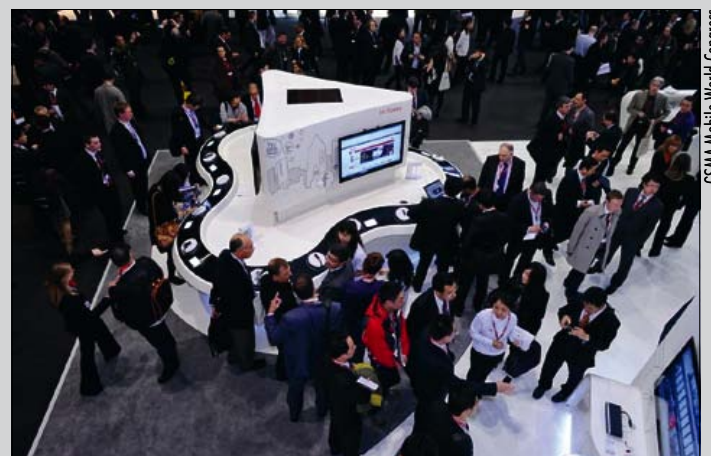
— São soluções para diversas áreas: saúde, educação, trânsito, mobilidade, informação, serviços, lazer, segurança, formação, pesquisa e desenvolvimento. A cobertura, a qualidade dos serviços prestados à população e a expansão das

redes são fundamentais para avançar nas cidades, lugares onde as maiores mudanças tecnológicas e estruturais vão acontecer nas próximas décadas. Agora vamos buscar aplicar também no Brasil essas soluções apresentadas no Congresso Mundial de Telefonia Móvel — explicou Pinheiro.

Para avaliar se internet gratuita e painéis solares são o suficiente para tornar inteligente uma metrópole onde vivem milhões de pessoas, especialistas debateram algumas das principais tecnologias e estratégias que podem tornar as áreas urbanas aptas a receberem mais habitantes.



Entre os deputados Jorge Bittar e Newton Lima, Pinheiro participa de debates



Evento apresentou novas soluções para a ampliação da rede móvel





Unidade móvel do Outubro Rosa realiza mamografia na Bahia: para senadora, ministério não pode ser discriminatório

## Ana Amélia quer eliminar restrições a mamografias

Projeto da senadora susta os efeitos de portaria do Ministério da Saúde que determina prioridade na realização do exame a mulheres entre 50 e 69 anos e impõe restrições para as que têm entre 40 e 49

ANA AMÉLIA (PP-RS) quer a anulação de ato do Ministério da Saúde que determina prioridade para mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos no custeio das mamografias bilaterais de rastreamento de câncer de mama. A portaria estabelece restrições de acesso ao exame para mulheres entre 40 e 49 anos. Para reverter a decisão do Ministério da Saúde, a senadora apresentou projeto de decreto legislativo (PDS 2/2014) que susta dispositivo da portaria publicada em novembro do ano passado.

“Trata-se de evidente discriminação contra as mulheres fora dessa faixa etária, em especial as mais jovens, com idade inferior a 50 anos”, argumenta.

O projeto foi encaminhado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda designação de relator.

### Base legal

A Lei 11.664/2008 detalhou as obrigações do Sistema Único de Saúde (SUS) para assegurar a prevenção, a

detecção, o tratamento e o acompanhamento dos cânceres do colo uterino e de mama, por meio de serviços próprios, conveniados e contratados. No caso da mamografia, a previsão é de que a realização do exame seja assegurada a todas as mulheres a partir dos 40 anos.

Como observa a parlamentar, o Congresso Nacional não estabeleceu qualquer distinção entre as faixas etárias acima dessa idade. Por isso, ela afirma que todas essas mulheres têm idêntico direito à realização do exame mamográfico.

“Não se pode admitir que órgão do Poder Executivo estabeleça normas infralegais que introduzam regras discriminatórias não previstas pelo legislador”, reage.

Por entender que o Ministério da Saúde “exorbitou” do poder regulamentador atribuído na lei ao Poder Executivo, a senadora defende medida corretiva. Para situações como essa, afirmou, a Constituição outorga competência ao Congresso para, por meio de

decreto legislativo, sustar a aplicação do ato, “de forma a evitar a usurpação de sua prerrogativa legislativa”.

O ministério definiu prioridade no exame para mulheres acima de 50 anos por meio da Portaria 1.253, de 12 de novembro de 2013, que altera atributos de serviços na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.

Houve reação contra a medida por parte de entidades médicas, inclusive o Conselho Federal de Medicina. Mesmo com a portaria publicada, a recomendação foi para que os médicos continuassem prescrevendo a mamografia bilateral para todas as idades.

### Incidência

O câncer de mama é a principal causa de morte por câncer em mulheres no Brasil e o segundo tipo de câncer mais frequente no mundo. O principal meio para detecção precoce é a mamografia e o exame clínico da mama, de acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca).

## Jucá propõe transporte gratuito de órgãos para transplante

Projeto de Romero Jucá (PMDB-RR) garante prioridade ao transporte de órgãos para transplante. A matéria (PLS 55/2014), que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), também prevê que o transporte será gratuito, a não ser no caso de o plano de saúde do paciente garantir esse tipo de cobertura.

O objetivo, segundo o senador, é beneficiar milhares de pessoas que aguardam e necessitam de transplante de órgãos ou tecidos. Jucá res-

saltou que muitas empresas já fazem o transporte aéreo de órgãos de forma gratuita, mas lembrou a importância de ter essa previsão em lei.

Para ele, o projeto pode dar condição para que o Brasil, apesar da área continental, agilize as cirurgias de transplante. Ele acrescentou que vai sugerir prioridade ao projeto neste primeiro semestre.

— A doação de órgãos tem que ser incentivada. Eu sou um doador e minha família sabe que sou um doador.

## Paim critica lei contra homossexuais em Uganda

Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem lei de Uganda, na África, que estabelece a possibilidade de prisão perpétua para homossexuais. Mencionando a necessidade de defesa universal dos direitos humanos, o senador manifestou a esperança de que essa lei seja revogada.

— Não podemos aceitar nenhum tipo de discriminação sob qualquer aspecto: religioso, político, cultural,

racial, de gênero, pela orientação sexual. Qualquer cidadão do bem que acredita na liberdade, na igualdade de direitos para todos, não pode discriminar pessoas pela sua orientação sexual, como é o caso de Uganda — declarou.

Paim também registrou voto de solidariedade ao ator Vinícius Romão de Souza, preso por engano e solto após passar 16 dias em uma cadeia pública em São Gonçalo (RJ).

## Senador elogia cronograma para novo indexador de dívidas

Paulo Paim (PT-RS) comemorou a confirmação, nesta semana, de um cronograma para votar até 27 de março o projeto que muda o índice de correção de dívidas de estados e municípios com a União (PLC 99/2013).

Segundo ele, há um acordo para que o Senado aprove o texto como veio da Câmara, o que permitiria o envio diretamente à sanção.

O senador destacou que, com as mudanças previstas — troca do IGP-DI pelo IPCA, mais juros anuais de 4%, tendo a taxa Selic como

limite —, o Rio Grande do Sul economizaria quase R\$ 20 bilhões.

Paim também defendeu a aprovação de projeto de Gim (PTB-DF) que prevê a transmissão, aos herdeiros, do direito de explorar bancas de jornal em feiras, quiosques e similares, em caso de morte do titular. Ele argumentou que, se aprovada, a proposta vai garantir o sustento da família do morto.

— É uma injustiça não dar a eles o direito da família de seguir provendo seu sustento por meio do trabalho — disse.

# Comunicação do Senado

Os **veículos de comunicação do Senado** cobrem as atividades da Casa, com a transmissão integral das sessões deliberativas e dos debates das comissões, além das notícias diárias. Juntos, **Jornal, TV, Rádio e Agência Senado** oferecem um jornalismo de qualidade, aproximando o cidadão do Parlamento.

Acesse: [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

**Senado + transparente.**  
A informação ao seu encontro.



**É fácil se informar**

